

Prioridades da diplomacia econômica

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Mesmo num país, como o Brasil, dotado de serviço diplomático eficiente, o efeito conjunto das agendas de negociações econômicas bilaterais, regionais e multilaterais é quase que intolerável, e certamente coloca sob pressão os recursos administrativos necessariamente limitados à disposição do governo. Estas negociações em diversos níveis competem também, evidentemente, pelos poucos recursos políticos que podem ser mobilizados pelo governo. A munição de que dispõe o Brasil é limitada e o que se gasta na obtenção, ou ainda pior, na tentativa de obtenção, de uma determinada concessão, reduz a capacidade de negociação em relação a outros temas.

Negociações bilaterais ganham especial importância em vista do interesse brasileiro na ampliação do número de membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Escolhido o Brasil, não apenas terá o governo Fernando Henrique obtido uma grande vitória política, mas também o Itamaraty “corrigido a história” e alcançado um resultado perseguido pela diplomacia brasileira desde os anos 20 na Liga das Nações. No terreno sub-regional, o Brasil deve atender à demanda permanente relacionada às nossas negociações para a consolidação e ampliação do Mercosul.

A dinâmica de definição de agendas nos quadros regional e multilateral, por outro lado, depende crucialmente da postura dos EUA. A prática norte-americana nesta área, como demonstrou a Rodada Uruguai, tem sido a de hiperatividade na proposição de ampliação ou aprofundamento de agendas, não necessariamente seguida de posturas construtivas em negociações detalhadas. Assim foi na maioria das negociações de serviços na Organização Mundial de Comércio (OMC), com os EUA sistematicamente não participando das negociações finais de liberalização multilateral, com base no argumento de que as propostas de outros países seriam insuficientemente liberalizantes. Isto a despeito da ênfase norte-americana na inclusão de serviços na pauta de negociações, a partir da reunião ministerial de 1982 do velho Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt).

Esta hiperatividade norte-americana se tem manifestado mais recentemente tanto no terreno regional quanto no multilateral e, nos dois casos, ameaça os interesses de longo prazo da política econômica externa brasileira. Nas negociações referentes à integração hemisférica, o governo dos EUA vem pressionando sistematicamente por uma aceleração das negociações, o que conflita com o acordo alcançado em Miami de que as negociações devam estar terminadas até 2005. As permanentes pressões para aceleração das negociações e a resistência à negociação em formato que leve em conta a preexistência de iniciativas sub-regionais, tais como o Mercosul, contribuem para colocar o Brasil na posição de opositor principal da rápida integração hemisférica. Arrefecer os entusiasmos norte-americanos em relação à integração hemisférica requererá importante e contínua mobilização dos recursos políticos à disposição da diplomacia brasileira.

Na arena multilateral, há, também, evidência de hiperatividade dos EUA em certos casos com a cooperação de outros países desenvolvidos, em relação à agenda da primeira reunião ministerial da OMC que será realizada em Cingapura em dezembro próximo. Além da agenda predefinida, que prevê negociações antes do fim do século em temas como serviços e agricultura, outros temas têm sido propostos, como liberalização tarifária adicional, investimentos, políticas de concorrência, condições de trabalho e corrupção.

Os interesses do Brasil na OMC tal como o de muitos outros países em desenvolvimento, estão muito mais relacionados à consolidação dos resultados alcançados na Rodada Uruguai do que à ampliação do leque de temas tratados na OMC ou à aceleração do cronograma de redução tarifária. A negociação equilibrada de aceleração de cronogramas de liberalização teria de incluir também temas de interesse dos países em desenvolvimento considerados especiais, como agricultura e têxteis.

A tentativa de lançamento de negociações de novos temas, em particular de condições de trabalho, em uma situação em que os países em desenvolvimento tratam de implementar os resultados de negociações anteriores, não parece construtiva. Especialmente quando não há qualquer sinal de amadurecimento do debate quanto à propriedade da ênfase na harmonização de políticas entre diferentes países, ênfase que pode facilmente transformar-se em justificativa para novas formas de protecionismo. É importante, em vista do impacto de disciplinas multilaterais sobre seus interesses, que seja articulada posição em Cingapura que privilegie a implementação dos resultados da Rodada Uruguai e influencie a ampliação da agenda de acordo com os interesses nacionais. Isto também requererá mobilização plena de limitado poder de barganha do Brasil.

Neste quadro complexo, é melancólico que a tentativa de aparar as previsíveis arestas provocadas pela insistência na manutenção do regime automotivo brasileiro provoque a necessidade de intensas e inconclusivas negociações bilaterais para acomodar interesses de países contrariados. Junto com outros pleitos setoriais, em geral também conflitantes com o interesse coletivo, ameaçam entulhar ainda mais as mesas, agendas e mentes dos responsáveis pela política comercial brasileira. É necessário, também neste caso, que o governo saiba escolher o melhor uso a fazer de seus recursos escassos e que evite dispersá-los em múltiplos objetivos inafiançáveis. Um critério deveria dominar qualquer outro: a preponderância do interesse coletivo sobre os interesses setoriais.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.